

LÍNGUA/FALA, COMPETÊNCIA/DESEMPENHO, LINGUÍSTICA/PSICOLINGUÍSTICA? ¹

Carlos Eduardo Borges Dias
UNICAMP/CNPq/CAPES

Resumo: *Um relativo consenso na literatura sobre a Psicolinguística sugere que esse domínio se fundamentou na Linguística de Saussure e se desenvolveu em eventuais vínculos com a Linguística de Chomsky. Nos debates históricos que a marcaram desde sua oficialização até atualmente, a essência epistemológica da Linguística (as distinções língua/fala e competência/desempenho) é considerada amiúde como contributo tanto de seu advento quanto de seus progressos. Esse artigo denuncia uma antinomia nessa literatura: para conceber a fala e/ou desempenho (os conceitos de Saussure e Chomsky) como objeto de sua ciência, é preciso ignorar que a Linguística só alcança objetividade na linguagem (a condição para de sua cientificidade) precisamente ao reconhecer a impossibilidade de depreendê-la entre as marcas individuais da fala e/ou singulares do desempenho. Pretende-se, pois, partir da própria recusa da Linguística para compreender a problemática da fala/desempenho.*

Abstract: *A relative consensus in the literature on psycholinguistics suggests that this field is based on the linguistics of Saussure and developed through connections with that of Chomsky. The distinctions between language and speech, on the one hand, and differences between competence and performance, on the other, are often considered as having been factors in the advent and progress of psycholinguistics. We call attention to an antinomy in the literature: in order to conceive speech or performance (concepts of Saussure and Chomsky) as objects of psycholinguistics, one must ignore that linguistics attains objectivity in language (a condition of scientificity) precisely by recognizing the impossibility of considering it among the individual aspects of speech or among the singularities of performance. The objective here is to begin with the refusal of linguistics to understand the problems of speech or performance.*

1. Duas proposições sobre a *fala* e o *desempenho*.

Uma antinomia na articulação entre duas disciplinas dos estudos da linguagem pode ser vislumbrada de modo sintético (conquanto redutor) através da oposição entre duas proposições: por um lado, [I] a condição da constituição científica da **Linguística**, tanto na tradição instaurada por Saussure quanto na estabelecida a partir de Chomsky, depende de uma mesma *diretiva epistemológica*, que submete [a] a possibilidade de cernir uma objetividade na linguagem (representada pelos conceitos de *língua* e *competência*) à [b] denúncia da impossibilidade de considerar fenômenos abarcados pelos conceitos de *fala* e/ou *desempenho* de forma objetiva em seu modelo de ciência. Por outro lado, [II] a literatura sobre a história da **Psicolinguística** alega amiúde que [c] sua disciplina fora tão amplamente afetada pela Linguística que [d] ela teria concebido a *fala* e o *desempenho* (supostamente os *mesmos conceitos* da tradição saussuriana e chomskyana) como seu próprio *objeto*.

A oposição entre as proposições acima reside propriamente no fato de que a *asserção d* coloca as *proposições I* e *II* em relação de contradição, pois, ao conceber o ato *individual* da *fala* e/ou *singular* do *desempenho* como seu *objeto*, a Psicolinguística incorre forçosamente na rejeição da diretiva que sustenta a epistemologia da Linguística, o que inviabiliza qualquer pretensão de harmonia entre as duas proposições. Para tornar evidente essa antinomia, o objetivo preliminar desse trabalho será o de explicitar suas marcas no discurso que difunde a existência de uma filiação entre essas disciplinas através da metodologia que se segue.

Pela *proposição I* constatar-se-á que, no emaranhado de elementos heterogêneos que compõem a linguagem, a eleição da *língua* e/ou da *competência* como objeto da Linguística mediante a recusa da *fala* e/ou do *desempenho* implicou na circunscrição de seu domínio de análise a fenômenos marcados necessariamente pela face *social* e/ou *universal* da linguagem (o que permitiu à disciplina, em conformidade com seu desejo, a reivindicação de sua cientificidade²). No entanto, essa mesma eleição implicou também em uma exclusão, para fora do domínio de análise da Linguística, de todo um conjunto de fenômenos típicos da *fala* e/ou do *desempenho*, marcados por aquilo que Saussure e Chomsky consideraram como a face *individual* e/ou *singular* da

linguagem, como as *hesitações* e os *erros* (entre outros), que particularizam a atividade linguística dos sujeitos falantes.

Ainda que, diante do conseqüente silêncio da Linguística no que diz respeito a esses fenômenos, a Psicolinguística tenha o grande mérito de ter elaborado abordagens que propiciaram diversas formas para a sua investigação (em suas manifestações na atividade linguística adulta e nas que caracterizam o processo de aquisição da linguagem, tanto em condições consideradas como normais quanto nas consideradas como patológicas), ofuscada pelo ideal de cientificidade, ela só pôde enxergar neles o que, a seu ver, se adequaria à *objetividade*, ignorando que a *recusa* da Linguística a conceber esse domínio como próprio à sua ciência incluía justamente um *reconhecimento* da especificidade do *ato individual da fala e/ou singular do desempenho*: sua *imprevisibilidade*, ou, dito de outro modo, a *liberdade* do falante.

Quanto à *proposição II*, antes de questionar a ideia de filiação entre essas disciplinas, a seção 2 desse artigo, intitulada “Fala/desempenho: objeto da Psicolinguística?”, será dedicada a uma investigação sobre a utilização desses conceitos desde a oficialização da Psicolinguística até o cenário atual. No intuito de explicitar os motivos de sua incidência na antinomia supramencionada, as seções seguintes deverão incluir uma minuciosa análise das condições, conceptualizações e desdobramentos da distinção saussuriana entre os conceitos de *língua* e *fala*, bem como certas considerações sobre a distinção chomskyana entre os conceitos de *competência* e *desempenho*.

A seção 3, “Sobre a epistemologia pré-saussuriana” será dedicada a uma apresentação dos problemas em relação aos quais o aparecimento dessa primeira distinção veio a responder na história da Linguística, ou seja, suas condições de produção. Essa será a ocasião para uma breve revisão dos fundamentos epistemológicos nos quais se pautaram as reflexões da Linguística no final do século XIX e início do século XX.

A seção 4, “O (não-)objeto da Linguística”, por sua vez, consistirá, em uma arqueologia da distinção *língua/fala* na obra de Saussure e de suas implicações na distinção *competência/desempenho* no trabalho de Chomsky³. Nela serão explicitadas as justificativas epistemológicas que os conduziram a um eventual embargo ao desenvolvimento de

uma Linguística que mantivesse suas pretensões científicas e, ao mesmo tempo, tomasse a *fala* e/ou o *desempenho* como objeto. Nelas se pautará a afirmação de que a pretensa de filiação entre as disciplinas, implícita no emprego dos *mesmos conceitos* para a definição de seus objetos, incide em uma *antinomia epistemológica*.

Essa denúncia pode, entretanto, ser inversamente propedêutica na proposta de um reposicionamento do domínio de análise dos fenômenos típicos da *fala/desempenho*. Para isso é necessário entender a *recusa* da Linguística não apenas como uma constatação das limitações do *âmbito epistemológico* na intenção/tarefa (até certo ponto quimérica) de cernir a totalidade da linguagem através das leis especulativas da ciência, mas também como um ponto de partida para o desvelamento de outro âmbito no qual o estudo do ato *individual/singular* da *fala/desempenho* possa se ancorar sem contradizer a ciência da *língua/competência*. *O objetivo central desse artigo é, portanto, o de apresentar os prolegômenos para a constituição desse outro âmbito.* Na quinta seção, “De uma antinomia epistemológica”, *eles se configurarão na denúncia do caráter parcial da adesão da Psicolinguística à epistemologia da Linguística*, pretendendo romper radicalmente com suas pretensões científicas.

Articulando as implicações do dito “reconhecimento” da Linguística à clássica divisão da filosofia em suas duas partes fundamentais – a *epistemologia*, que encontra a condição das ciências no julgamento dos *objetos* segundo leis *necessárias*, e a *ética*, que reconhece que as leis que regem as *ações humanas* não se situam no plano da necessidade, mas no da *liberdade*, no qual representam *deveres* que podem apenas coagir essas ações – a seção “6. Consequências” consistirá em uma abreviada exposição da posposta, apresentada anteriormente (cf. DIAS, 2015), de que a divisão dos estudos da linguagem se estabeleça entre uma *ciência da língua* e uma *ética da fala*, essa última norteadada pela correlação entre a incidência coercitiva da lei sobre a ação e a incidência coercitiva da *língua/competência* sobre a *fala/desempenho*.

2. Fala/desempenho: objeto da Psicolinguística?

A literatura sobre a história da Psicolinguística costuma apresentar um paradoxo a respeito das origens de sua disciplina. Mesmo que sua

oficialização tenha ocorrido apenas na década de 1950, as articulações entre os estudos da linguagem e a Psicologia remontam a grande parte da história do pensamento ocidental. Autores como Altmann (2006, p.258, entre outros) indicam que ela teria, por exemplo, recebido influências de diversas partes do pensamento greco-romano e da neuropsicologia da linguagem do século XIX. Outro consenso é o de que, antes da geração da década de 1950, uma vertente preliminar da Psicolinguística foi introduzida por Wundt (1900), a qual mantinha relações de aliança com a Linguística de Herman Paul, como explicam de forma similar Blumenthal (1970), Osgood (1980) e Levelt (2013).

Ainda assim, os acontecimentos históricos reconhecidos por essa literatura como a *oficialização da Psicolinguística* foram propriamente os seminários na Universidade de Cornell em 1951 e, dois anos depois, na Universidade de Indiana, cujos resultados foram publicados por Osgood & Sebeok ([1954] 1965)⁴. Neles, a Linguística de Saussure não é ignorada. Muito pelo contrário: “o modelo do circuito da fala é uma antecipação do que será o objeto da Psicolinguística” (SCLiar-CABRAL, 1991, p.11-12), de forma que os trabalhos ali reunidos oficializam a *Psicolinguística* precisamente em relação aos conceitos que estruturam a epistemologia da *Linguística*:

A atividade que pretendemos chamar de Psicolinguística cresceu na periferia da Linguística. Porque existe um campo conhecido como Psicolinguística? A melhor resposta a essa pergunta é que os linguistas tradicionalmente são limitados quanto aos horizontes da linguagem. Eles menosprezam temas considerados ‘irrelevantes’, ‘desinteressantes’ [...]. Tradicionalmente, a Linguística não se preocupou tanto com a *parole* [fala], que Saussure considerava um aspecto atualizado e material – o comportamento verbal [...]. A razão disso não é difícil de ser encontrada, especialmente se concentramos nossa atenção na linguística descritiva e na teoria linguística: é claro que os linguistas se preocupam principalmente com a *langue* [língua], no sentido em que Saussure usou este termo (OSGOOD & SEBEOK [1954] 1965, p.206)⁵.

Desde a década de 1950, a Psicolinguística é, então, entendida como um domínio não só *vinculado* à Linguística, mas também

consciente de suas teorias, como alegou Weinreich (1955)⁶. Desde então, mesmo que esse vínculo apareça certas vezes em enunciados de natureza negativa, como “linguistas desconsideram a *fala*”, a epistemologia da Linguística sempre foi, em maior ou menor grau, estimada (seja pelos autorizadores, desenvolvedores ou por historiadores da Psicolinguística) como um fator de forte impacto e/ou determinante para esse domínio, como se a base epistemológica em que a Linguística se ancora para poder reivindicar um status de ciência (notadamente a *distinção* entre *língua* e *fala*) tivesse representado uma contribuição decisiva tanto para o advento quanto nos desenvolvimentos da Psicolinguística.

A respeito desse momento específico da história da Psicolinguística, é interessante notar que, no final dos anos 1960, uma importante edição do *Curso* de Saussure, a do linguista italiano Tullio de Mauro, também apresenta a Linguística como uma das bases da Psicolinguística:

Conceitos e temas contidos no Curso de Linguística Geral foram usados no âmbito de diferentes direções de pesquisa. Recorrem ao Curso: [...] a linguística psicológica de Sechehaye [...] a Psicolinguística de Bresson e Osgood (DE MAURO, [1967] 1995, p.iv).

Mais tarde, De Mauro retoma o tema para explicar o papel da distinção *língua/fala* na fundação da Psicolinguística:

Nas fronteiras entre a Linguística e outras disciplinas, as ideias de Saussure foram aproveitadas na psicologia da linguagem (Delacroix 1930.9, p.53-54, Sechehaye, 1930 [...]. Para as relações com Kantor ver Garvin 1.944,54, Kantor 1.952,69, 162, 172), ciência na qual Osgood (1966, p.204-205) se remeteu à distinção entre *língua* e *fala* para fundar a distinção entre a *Linguística* e *Psicolinguística*” (DE MAURO, [1967] 1995, p.378).

E posteriormente, referindo-se ao trecho acima, o autor menciona (*en passant*) a Psicolinguística de Osgood como uma “linguística da fala”, vinculando-a novamente à teorização saussuriana:

Para ‘Psicolinguística como Linguística da *fala*’ (segundo Osgood) v. *supra*, p.378. (DE MAURO, [1967] 1995, p. 428).

Embora essa exposição de De Mauro possa conduzir o leitor a, desse modo, delimitar a fronteira entre *Linguística* e *Psicolinguística*, após a análise da constituição epistemológica da Linguística e dos motivos e implicações da distinção *língua/fala* (cf. *infra.*, seção 4), será possível afirmar, junto a De Mauro, que a identificação entre *Psicolinguística* e *Linguística da fala* também gera uma *antinomia epistemológica*.

Tal denuncia não pode, no entanto, obliterar as grandes conquistas da disciplina. Entre elas se encontra certamente a construção de um conjunto de pesquisas sobre fenômenos da linguagem que não haviam sido explorados pela Linguística. Como afirmam Dascal, Borges-Neto & Françaço (1985, p.345), um dos principais méritos do programa de Osgood é o fato de que a constituição desse domínio engendrou o que mais tarde seria chamado de *as teorias* ou *os modelos* do *desempenho*, abordando diversos fenômenos *singulares* da atividade linguística na vida adulta (como as *hesitações* e os *erros*) e também certas mudanças na fala da criança durante o processo de aquisição da linguagem.

Isso porque, com o nascimento e a ascensão da Linguística gerativa, bem como com sua crítica ao paradigma que dominou a Psicolinguística anterior – a saber, o comportamentalismo –, uma “influência”, bastante semelhante à saussuriana, acarretou na adesão da distinção chomskyana *competência/desempenho* por grande parte dos psicolinguistas, sobretudo a partir da década de 1960. É o que sintetizam as afirmações de Osgood (nove anos após a anterior, junto de Sebeok) sobre o fato de que, para além da distinção *língua/fala*, conceitos gerativistas também terem sido vinculados ao programa da Psicolinguística:

Evidentemente há diferenças entre as abordagens linguísticas e psicológicas para a linguagem que vão além da questão da inclusão. Foi o linguista Ferdinand de Saussure quem, pela primeira vez, fez a frequentemente citada distinção entre *la langue* e *la parole*. *La langue* refere-se a linguagem como um sistema abstrato; *la parole* refere-se à linguagem como eventos concretos de fala. O linguista é caracteristicamente interessado no

primeiro, o psicólogo no segundo. A concepção de Chomsky sobre a gramática de uma língua como uma teoria que gera um conjunto infinito de sentenças que são gramaticais e nenhuma agramatical está claramente no campo da *la langue*” (OSGOOD, 1963, p.739).

O fraco impacto do gerativismo na posição de Osgood fica melhor esclarecido no momento em que, nos anos 80, quando os estudos gerativistas já dominavam a Psicolinguística, o autor buscou demonstrar a razão de sua preferência pelo modelo comportamental, a partir do qual a disciplina tinha se estruturado na década de 1950:

Estou totalmente ciente de que um dos impactos da revolução chomskyana na Linguística foi o de criar uma aversão, em muitos psicólogos e linguistas, contra o associacionismo e o behaviorismo em particular; no entanto, exorto o leitor a lutar por eles comigo neste contexto atualizado para que chegue em uma posição melhor para avaliar o que segue (OSGOOD, 1980, p.24).

O argumento da total ciência acerca da revolução gerativista não parece gratuito: se, no começo dos anos 70, tanto o trabalho de Osgood, como o de Hormann sustentavam que a distinção saussuriana era uma das influências capitais para a concepção do objeto da Psicolinguística⁷, grande parte dos psicolinguistas da época já reconheciam, na distinção chomskyana entre *competência* e *desempenho*, um valor muito análogo ao antes atribuído a distinção de Saussure⁸.

É, pois, entre os psicolinguistas dessa época que nasce a ideia de que o papel da disciplina seria o de fornecer uma *teoria do desempenho* à luz das referências conceituais da Linguística gerativa. Ao republicar os principais artigos da psicolinguística sobre o estudo dos *erros* na linguagem (considerados por Chomsky como próprios ao *desempenho*), a coletânea ‘Erros da fala como evidência linguística’, editada por Fomkin (1973), também representou um marco dessa nova perspectiva. Nela foram incluídos os textos que, desde o fim da década de 60, representavam o desenvolvimento de diversas formas de estudo da linguagem que podiam ser considerados como os *modelos teóricos do desempenho*, como afirma a própria organizadora:

Meu objetivo nesta introdução não é desempenhar o papel de crítica, avaliando todos os artigos que se seguem. Eles foram incluídos porque eles são interessantes e perspicazes, apesar do fato de que em muitos casos as opiniões neles expressas diferem das minhas. O objetivo é, em vez disso, o de discutir alguns dos requisitos para o desenvolvimento de um modelo do desempenho linguístico à luz dos dados de erros na fala. Se, no entanto, a ideia de que ‘A teoria do desempenho terá que incorporar a teoria da competência – a gramática gerativa de uma língua – como uma parte essencial’ (Chomsky, 1972) é correta, então é necessário reconhecer as ‘constantes e parâmetros’ de tal teoria em relação a um modelo do desempenho (FROMKIN, 1973, p.15).

Desse modo, assim como a Psicolinguística de Osgood (a da década de 1950) concebeu seu objeto a partir do conceito saussuriano de *fala*, a partir dos anos 70, tornou-se comum afirmar que esses novos estudos sustentavam uma *teoria do desempenho* nos moldes gerativistas. Já nos anos 80, a influência chomkyana se tornou comum na Psicolinguística, como descrevem Blumenthal (1987, p.318-321) e Forrester (1996, p.1-15). Mais tarde, **o discurso que afirma que os conceitos de fala e de desempenho deveriam ser tomados como objeto da Psicolinguística se vulgarizou amplamente**, como nos trabalhos de McNeill (2002, p.1)⁹, Field (2005, p.59)¹⁰, Garnham, Garrod & Sanford (2006, p.9)¹¹, Altman (2006, p.260-261)¹² e Cowles (2011, p.16)¹³, entre outros.

Tendo em mente essa breve exposição (não exaustiva e eventualmente redutora) da história da literatura sobre a articulação entre as duas disciplinas, é possível dizer que, ainda atualmente, há uma pretensão de filiação epistemológica entre elas, já que a Psicolinguística:

toma o domínio da performance (o qual foi negligenciado tanto por Saussure quanto por Chomsky sob o fundamento de que ele constitui o ‘meramente individual’, para os quais são esperados fenômenos imprevisíveis e misteriosos) *como o seu próprio objeto* (DASCAL, BORGES-NETO & FRANÇOZO, 1985, p.345-346, grifos meus).

Quanto aos fenômenos abordados pela Psicolinguística, é possível dizer que, aliada à Análise da Conversação, à Neurologia, à Psicologia da Aprendizagem (entre outras), ela só pode fomentar suas pretensões de cientificidade quanto ao domínio da *fala/desempenho* obliterando o caráter *individual/singular* da linguagem ao difundir hipóteses como a de que (1) *erros seriam completamente pautados em regras*, que (2) as hesitações *não são fenômenos distribuídos de forma aleatória* e que (3) a análise das mudanças na fala infantil poderia “exibir uma ordem de aquisição que comprovasse uma hierarquia de complexidade definida por alguma teoria linguística” (LEMOS, 2014).

Antes de avaliar tais hipóteses, assim como a suposta “filiação” que a levou a conceber o *ato individual* da *fala* e/ou *singular* do *desempenho* como seu *objeto*, valendo-se dos *mesmos conceitos* da Linguística, cumpre doravante explorar a epistemologia que conduziu a Linguística a “recusar-se” a constituir um *objeto* a partir da *fala/desempenho*.

3. Sobre a epistemologia pré-saussuriana.

O argumento inaugural da “proposição I”¹⁴ se pauta no paradigma epistemológico que permeia o Curso de Linguística Geral (CLG), obra editada por Charles Bally e Albert Sechehaye em 1916, cuja autoria atribuída a Ferdinand de Saussure [*1857 †1913] conferiu ao linguista genebrino a reputação póstuma de fundador da Linguística moderna. A literatura sobre a história da Linguística frequentemente interpreta seu relativo desinteresse em relação ao conceito de *fala (parole)* em favor da ênfase ao conceito de *língua (langue)* – essa última concebida como o seu objeto – como o resultado de certas influências na elaboração do curso. Doroszewski ([1931] 1933), por exemplo, foi o responsável por explicitar, pela primeira vez, os liames irrefragáveis entre a Sociologia de Émile Durkheim [*1858 †1917] e questões epistemológicas cruciais implícitas no CLG, incluindo inquietações metodológicas e sobretudo a distinção entre esses dois conceitos.

O cenário idealista/positivista francês do século XIX despertara em Durkheim o desejo de que a Sociologia alcançasse o rigor metodológico identificado em outras ciências. Para isso, desde o prefácio às ‘Regras do método sociológico’, o autor buscava definir um objeto próprio à Sociologia, diferenciado do de outras ciências, como a Psicologia. Essa responsabilidade era considerada como

crucial para que a Sociologia pudesse se tornar, de seu ponto de vista, uma ciência autônoma. Em vez de estudar as representações individuais, incumbência que caberia à psicologia, a Sociologia deveria então se ocupar só das representações pautadas no ‘pensamento coletivo’:

em circunstância alguma a sociologia poderia tomar pura e simplesmente de empréstimo à psicologia esta ou aquela de suas proposições, para aplicá-la tal qual aos fatos sociais. O pensamento coletivo inteiro, em sua forma e na sua matéria, deve ser estudado em si mesmo, por si mesmo, com o sentimento do que ele tem de específico, e cabe deixar ao futuro a tarefa de saber em que medida ele se assemelha ao pensamento individual. Esse é inclusive um problema relacionado antes à filosofia geral e à lógica e abstrata do que ao estudo científico dos fatos sociais (DURKHEIM [1894] 1919, p.xix).

Entre as características que Durkheim insistia no que diz respeito aos fatos sociais, as primordiais encontravam-se precisamente na diferença entre os estados psíquicos dos grupos sociais e os estados das consciências individuais. Embora ambos sejam compostos, de modo semelhante, por ‘representações psíquicas’, o substrato dos grupos é particularmente calcado na ‘consciência coletiva’, o que mais uma vez difere a Sociologia da Psicologia:

Os fatos sociais não diferem apenas em qualidade dos fatos psíquicos; eles têm outro substrato, não evoluem no mesmo meio e não dependem das mesmas condições. Isso não quer dizer que eles também não sejam psíquicos de certa maneira, já que todos consistem em formas de pensar ou agir. Mas os estados da consciência coletiva são de natureza diferente dos estados da consciência individual; são representações de outro tipo. A mentalidade dos grupos não é a dos particulares; ela tem suas próprias leis. As duas ciências são, portanto, tão claramente distintas quanto podem ser duas ciências, não importam quais as relações possam existir entre elas (DURKHEIM, [1894] 1919, p. xvi).

A segunda característica crucial dos fatos sociais, segundo o autor, é a de que eles constituem “maneiras de agir, de pensar e de sentir exteriores ao indivíduo e que são dotadas de um poder de coerção em virtude do qual esses fatos se impõem à ele” (p.8).

Essa abreviada exposição da proposta epistêmico-metodológica da sociologia de Durkheim permite conceber o que Doroszewski ([1931] 1933) considerou, no que diz respeito ao CLG, como os “caracteres que se atribui à língua quando qualificada como ‘fato social’ no sentido durkheimiano do termo” (op. cit., p.87)¹⁵. Doroszewski atesta que é por estar nesse contexto epistemológico que, para Saussure ([1916] 2006) (a) o rigor científico e a autonomia da Linguística seriam assegurados mediante a definição de seu “objeto integral e concreto” (p.15), a saber, a língua, “seu único e verdadeiro objeto” (p.7); (b) uma vez localizada na face psíquica da linguagem, seu estudo “constituiria uma parte da psicologia social” (p.24) e; (c) seu traço essencial consiste na imposição ao indivíduo pela coerção do uso coletivo, pois “se se quiser demonstrar que a lei admitida numa coletividade é algo que se suporta e não uma regra livremente consentida, a língua é a que oferece a prova mais concludente disso” (p.85). Pode-se adicionar ainda um traço sincrônico em vez de histórico ao pensamento do sociólogo¹⁶. Por consequência, para Doroszewski, a influência durkheimiana teria levado Saussure a (d) se ocupar dos sistemas linguísticos “tais como são percebidos pela consciência coletiva” (p.116) e, principalmente, (e) à ideia de que, para assim compreender o papel da língua como sistema, “impõe-se sair do ato individual [da *fala*] que não é senão o embrião da linguagem, e abordar o fato social” (p.21).

Outras influências que marcam a distinção *língua/fala* são oriundas mais propriamente da Linguística pré-saussuriana. Entre elas, algumas contribuições do linguista Herman Paul [*1846 †1921] são visíveis em certos pontos do CLG: o conceito de *Lautbild*, por exemplo, corresponde exatamente ao que Saussure ([1916] 2006) chama de “imagem acústica” (p.19-23), assim como *Sprachzustand* corresponde ao “estado de língua” (*passim*). Para Paul ([1880] 1920), a gramática seria formada pelo conjunto de enunciados da ‘linguagem usual’ (*Sprachusus*) de uma comunidade em uma determinada época, ou seja, uma confluência que assinalaria ao ‘uso individual’ (*individuellen*

Sprechtätigkeit)¹⁷ um alto grau de uniformidade Linguística. O contraste entre o conceito de *Sprachusus* e o de *individuellen Sprechtätigkeit* não eram estranhos para Saussure, como aponta, com segurança, Koerner ([1972] 1978):

Saussure deve ter visto as dificuldades a que Paul foi confrontado quando tentou fazer a investigação das expressões linguísticas individuais o objeto da Linguística, na esperança de alcançar a partir daí um ‘meio termo’ para definir o *Sprachusus*. Portanto, não é surpreendente que Saussure nunca tenha fornecido uma *Linguística da fala*, como os editores do Curso notaram com pesar” (*op. cit.*, p.92).

Além do aporte de Hermann Paul, outro linguista figura como principal precursor da distinção saussuriana entre *língua* e *fala*: trata-se de William Whitney [*1827 †1894], um dos linguistas mais respeitados por Saussure. Ainda que sua principal contribuição – não apenas para Saussure, mais para toda a Linguística – consistiu na crítica radical ao naturalismo da escola comparatista – como abordamos extensamente em Dias (2015) – Whitney também refutava uma hipótese recorrente entre os linguistas que consideravam a linguagem individual como a única realidade linguística e a linguagem coletiva apenas como uma abstração¹⁸. Considerando a linguagem como uma *instituição social*, o autor insistia que ela constitui um sistema de signos que, de essencial, apresentaria dois predicados: o *convencional* e o *arbitrário*¹⁹. Por consequência do primeiro predicado, contra a postura individualista, Whitney entendia que, para integrar-se à linguagem, todo ato de fala deve ser determinado por convenções sociais:

A fala não é uma possessão pessoal, mas social; ela pertence não ao indivíduo, mas ao membro da sociedade. Nenhuma espécie de linguagem existente é fruto do trabalho de um indivíduo; pois aquilo que podemos individualmente dizer não é linguagem até que seja aceito e utilizado pelos nossos semelhantes. Todo o desenvolvimento da fala, embora iniciado pelos atos de indivíduos, é elaborado pela comunidade (WHITNEY, [1867] 1874, p.404).

Enquanto a *fala* conduziu Whitney à ideia do convencionalismo, foi a *aprendizagem* que o levou ao predicado da arbitrariedade. Para chegar a ele, o autor se lançou a uma dedução sobre o momento em que, *da perspectiva de quem aprende uma nova concepção*, sua associação a uma *palavra* poderia ter sido representada por outra qualquer. Para um genérico aprendiz, afirma Whitney ([1875] 1887) “um laço interno e necessário entre a palavra e a ideia é absolutamente inexistente; [...] para ele, o único motivo e a razão suficiente pela qual ele deve usar aquele signo específico é que outras pessoas o usam” (p.18-19). Em suma, a “palavra” (termo que, em Whitney, se confunde com o conceito saussuriano de *signo*) assim aprendida, a representante da “concepção”, se apresenta então como:

“*arbitrária*, porque qualquer uma das milhares de outras palavras que os homens empregam, ou das dezenas de milhares que poderiam ser fabricadas, poderiam ter sido igualmente aprendidas e aplicadas para esse fim específico; *convencional*, porque a razão para o uso dessa em vez de outra reside unicamente no fato de que ela já é usada na comunidade a que o falante pertence” (p.19).

Embora a teoria de Whitney sobre os signos arbitrários da linguagem se diferencie substancialmente daquela proposta por Saussure, aliada ao convencionalismo, ela de certo maneira a prenuncia. Pois, quando Saussure ([1916] 2006) afirma que “Whitney insistiu, com razão, no caráter arbitrário dos signos; com isso, colocou a Linguística em seu em seu verdadeiro eixo” (p.90), não se pode atribuir ao “eixo” em questão nada além do próprio “princípio primeiro” do CLG, a saber, a teoria da arbitrariedade dos signos da língua²⁰.

De acordo com a hipótese de Coseriu ([1967] 1980), a distinção saussuriana entre *língua* e *fala* também poderia ser um tipo de reflexo do esforço de Georg von der Gabelentz [*1840 †1893], que buscou definir o objeto de sua Linguística (*Die Sprachwissenschaft*) não como a somatória das representações discursivas dos indivíduos de um grupo, mas como a totalidade de representações formais que determinam esses discursos²¹. Mas, fadada ao descrédito após as análises de Godel (1967, *apud* De Mauro, [1967] 1995) e, mais tarde, de Koerner ([1971] 2012), a sugestão de Coseriu parece mais refletir

as insídias do que Mounin (1959) descrevia como a “forte impressão de velhos textos aparecerem como ‘premonitórios’ [que torna] difícil combater o sentimento de que se percebe precursores por toda a parte” (p.8).

Contra elas, ainda que Saussure tenha sido influenciado (a) pela doutrina do *fait social* de Durkheim, desejando conceber a língua como objeto de uma ciência, localizada no psíquico e imposta aos indivíduo pela consciência coletiva; (b) ou que, tal qual o *Sprachusus* de Paul, ela seja uma tentativa de estabelecer, entre os indivíduos unidos pela linguagem, uma espécie de ‘meio termo’ que uniformizaria seu uso individual; (c) ou ainda que, como a *language* de Whitney, se encontre no CLG, por mais de sete vezes, as afirmações de que a língua é uma instituição humana e o resultado de uma convenção arbitrária; é preciso considerar o fato de que, até a publicação das ideias de Saussure, *a Linguística ainda era incapaz de demarcar os limites precisos entre a consideração do individual e do coletivo na linguagem*, como admitiu o linguista Joseph Vendryes ([1916] 1921, p.274), pouco tempo antes de ter acesso ao Curso de Saussure.

Por esse motivo, no que diz respeito à proposição epistemológica da Linguística (cf. *supra.*, seção 1), é necessário conceber as influências das teorias pré-saussurianas, externas ou internas à Linguística, apenas como contributos à reflexão, e passar a considerar a distinção entre os conceitos de *língua* e de *fala* em seu próprio contexto instituidor, a saber, o texto do CLG, atribuído a Saussure²².

4. O (não-)objeto da Linguística.

Antes distinguir *língua* e *fala*, Saussure ([1916] 2006) caracteriza a linguagem como uma faculdade humana que, em sua totalidade proteica, apresenta dualidades, sendo ao mesmo tempo *psíquica* e *fisiológica*, *articulatória* e *acústica*, *individual* e *social*, *dinâmica* e *estática*. Composta por faces tão heterogêneas, a linguagem não poderia ser reivindicada concomitantemente como objeto de diversas ciências? Para Saussure, isso só seria possível “por culpa de um método incorreto” (p.16), já que, sendo “multiforme e heteróclita”, jamais se conseguiria classificá-la “pois não se sabe como inferir sua unidade” (p.17).

Essa objeção não procedeu, contudo, de uma crítica às contribuições provenientes das várias perspectivas que abordam suas faces, e sim da afiliação de Saussure à epistemologia predominante

em sua época²³. Considerando, nesse contexto, que a *homogeneidade do observado era um requisito para a observação* e que sua *cientificidade dependia da unidade do objeto*, a linguagem (como um todo) não se prestaria a essa condição para nenhuma ciência. Se a Linguística pôde reivindicar um lugar entre as ciências foi primeiramente porque seu objeto, a *língua*, é, por definição, essencialmente representável como **Uma**²⁴.

Para encontrar o elemento que forneceria uma unidade à linguagem, Saussure explica que “se faz necessário colocarmo-nos diante do ato individual que permite reconstituir o circuito da fala” (p.19). Na esfera psíquica de quem fala (indivíduo A), o que Whitney propunha como vínculo entre uma *concepção* e uma palavra é reelaborado em termos do vínculo entre um conceito (significado) e uma imagem acústica (significante)²⁵. O circuito da fala se completa quando esse vínculo é recobrado na esfera psíquica de quem o escuta (indivíduo B):

Suponhamos que um dado conceito suscite no cérebro uma imagem acústica correspondente: é um fenômeno inteiramente psíquico, seguido, por sua vez, de um processo fisiológico: o cérebro transmite aos órgãos da fonação um impulso correlativo da imagem; depois, as ondas sonoras se propagam da boca de A para o ouvido de B: processo puramente físico. Em seguida, o circuito se prolonga em B numa ordem inversa: do ouvido ao cérebro, transmissão fisiológica da imagem acústica; no cérebro, associação psíquica dessa imagem com o conceito correspondente (SAUSSURE, [1916] 2006, p.19).

Para que os dois sujeitos *reconheçam* o signo como o *mesmo*, é preciso supor que a relação entre o *conceito* e a *imagem acústica* permaneça inalterada até que o circuito se complete. Ao se interrogar sobre qual elemento da linguagem poderia garantir essa **permanência**, o fisiológico e o acústico são facilmente descartados: se assim fosse, eles deveriam também assegurar a compreensão de línguas desconhecidas; por outro lado, embora ambos indivíduos sejam capazes de reproduzi-lo “não exatamente, sem dúvida, mas aproximadamente” (SAUSSURE, [1916] 2006, p. 21) é questionável que, do ponto de vista individual, o *conceito* e a *imagem acústica* do lado executivo (A) se reflita fielmente no *conceito* e na *imagem acústica* do lado receptivo (B)²⁶.

Por conseguinte, faz-se necessário explicar o modo pelo qual, para os indivíduos de um grupo linguístico, “se formam as marcas que chegam a ser sensivelmente as mesmas em todos” (p.21). Já que um vínculo individual (*livre*) entre conceito e imagem acústica não asseguraria a **identidade** (requisito para o mútuo reconhecimento do signo no circuito), é só através da mobilização de “uma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade” (p.22) que um vínculo socialmente assentado (*necessário*) a autorizará: “entre todos os indivíduos assim unidos pela linguagem estabelecer-se-á uma espécie de meio termo” (p.21).

Definida como um “sistema de signos onde de essencial só existe a união do sentido e da imagem acústica”, a língua (*langue*), dessa forma, pode então ser considerada como um *objeto*: “enquanto a linguagem é de natureza heterogênea, a língua, assim delimitada, é homogênea”, raciocínio que responde à questão epistemológica acima levantada: é “a língua [que] faz a unidade da linguagem”. Propondo que a Linguística fosse então “uma ciência que estuda a vida dos signos no seio da vida social” (*passim*), a partir do Curso de Linguística Geral, pela primeira vez na história dessa disciplina, as heranças de uma típica vocação epistemológica e de seu desejo de cientificidade pareciam entrar, por assim dizer, numa perfeita harmonia.

Mas, do ponto de vista saussuriano, essa conciliação deveria ser defendida contra as ameaças da não-identidade e da não-permanência proveniente de qualquer consideração da face individual da linguagem. Para certificar-se dessa proteção, foi preciso distinguir radicalmente a *língua* (*langue*) da *fala* (*parole*). No CLG, essa distinção foi realizada principalmente sob as duas óticas seguintes:

- No elemento psíquico do circuito, a *fala* é essencialmente caracterizada por “combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir seu pensamento pessoal” (p.22). Esse aspecto permite diferenciá-las diametralmente: enquanto na língua a cristalização social – que a institui como “um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções **necessárias** adotadas pelo corpo social para permitir o exercício desta faculdade nos indivíduos” (p.17) – não permite a liberdade de escolha, mas, pelo contrário, se impõe ao indivíduo²⁷, a fala, por outro lado, constitui um

“ato individual de vontade e inteligência” (*ibid.*) caracterizado mais especialmente pela “**liberdade** de combinações” (p.144);

- Os demais elementos do circuito caracterizam “o mecanismo psicofísico que lhe permite exteriorizar essas combinações” (*ibid.*). Com esse aspecto é igualmente possível diferenciar os dois conceitos: no conjunto da linguagem, enquanto a língua é **homogênea** – uma vez que se reduz à união psíquica entre conceito e imagem acústica – fala é **heterogênea** – uma vez que todos outros elementos pertencem seu domínio, ao que se chega pela equação: “a língua é para nós a linguagem menos a fala” (p.92, grifos nossos).

Sob as duas óticas acima, pode-se dizer que a **necessidade** e a **homogeneidade** são traços essenciais da *língua*, assim como, de modo oposto, a **liberdade** e a **heterogeneidade** são traços essenciais da *fala*. Perante esse paradigma epistemológico, tais características conduziram Saussure afirmação de que “**a língua, distinta da fala, é objeto que se pode estudar separadamente** [...] e] não só pode a ciência da língua prescindir de outros elementos da linguagem como **só se torna possível** quando tais elementos não estão misturados” (p.23, grifos meus). Por outro lado, embora no CLG se chegue a supor a possibilidade de uma *Linguística da fala*, Saussure a exclui imediatamente do domínio da *Linguística científica*, pois “não se deverá confundi-la com a linguística propriamente dita” (p.39).

A esses princípios iniciais de distinção, adicionar-se-á uma problemática referente às faces dinâmica e estática da linguagem, que fazem de cada língua existente, a cada instante, “uma instituição atual e um produto do passado” (p.16). A dualidade, nesse sentido, retoma o caráter arbitrário do signo (não mais em termos de *conceitos* e *imagens acústicas*, mais de *significantes* e *significados*).

Enquanto a consideração histórica (própria à reflexão da escola dos neogramáticos) se pautava apenas no fato da *evolução das línguas* (do latim ao português, por exemplo) – ou, visto sob outro ângulo, na constatação da existência de modificações linguísticas que impunham à teoria a consequência de que, pela arbitrariedade do signo, “a língua é radicalmente incapaz de se defender dos fatores que deslocam, de minuto a minuto, a relação entre significados e significante” (p.90) –; ao conceber uma ciência que permitiu *excluir a consideração do tempo*, Saussure tornou possível vislumbrar a relação entre os signos

existentes em um *estado de língua*, no qual “a arbitrariedade do signo põe a língua ao abrigo de toda tentativa que vise a modificá-la” (p.87). Essa nova concepção oporá, novamente, a *língua e fala*:

tudo quanto seja diacrônico na língua, não o é senão pela fala. É na fala que se acha o germe de todas as modificações: cada uma delas é lançada, a princípio, por um certo número de indivíduos, antes de entrar em uso. O alemão moderno diz: *ich war, wir waren*, enquanto o antigo alemão, do século XVI, conjugava: *ich was, wir waren* (o inglês diz ainda: *I was, we were*). Como se efetuou essa substituição de *was* por *war*? Algumas pessoas, influenciadas por *waren*, criaram *war* por analogia; era um fato da fala; esta forma, frequentemente repetida e aceita pela comunidade, tornou-se um fato de língua. Mas todas as inovações da fala não têm o mesmo êxito e, enquanto permanecem individuais, não há porque levá-las em conta, pois o que estudamos é a língua; elas só entram em nosso campo de observação no momento em que a coletividade as acolhe (SAUSSURE, [1916] 2006, p.115).

Essa proposta de Saussure permitiu então diferenciar duas formas de Linguística: primeiramente a *sincrônica*, que “se ocupará das relações lógicas e psicológicas que unem os termos coexistentes e que formam sistemas, tais como são percebidos pela consciência coletiva”, e, em segundo lugar, a *diacrônica*, que “estudará, ao contrário, as relações que unem os termos sucessivos não percebidos por uma mesma consciência coletiva e que se substituem uns aos outros sem formar sistema entre si” (p.116).

Ainda que diacronia suponha a incidência da *fala* no processo de evolução, não se pode considerá-la parte de uma ‘linguística da fala’ porque a *analogia*, operação que sustenta a possibilidade de inovações na *língua*, tem por base o próprio sistema sincrônico. Para demonstrá-lo, Saussure recorreu ao princípio da *quarta proporcional*, como no exemplo do aparecimento de “honor” no lugar do termo anterior, *honōs* no latim. Seguindo esse princípio, tem-se “oratore : orator = honore : x” (ao qual, o “espírito associa”) “x = honor”. Na evolução de um termo ao outro, o papel da *fala* se resume ao “resultado sugerido pela comparação, a forma improvisada pelo falante”,

cabendo atribuir à *língua* a toda a “compreensão da força geradora que une as duas formas entre si” (p.192). Com o papel da fala assim reduzido, apenas a *língua* novamente salta aos olhos da ciência:

É, pois, um erro acreditar que o processo gerador só se produza no momento em que surge a criação; seus elementos já estão dados. Uma palavra que eu improvise, tal como *in-decor-ável*, já existe em potência na *língua*; encontramos-lhe todos os elementos em sintagmas como *decor-ar decor-ação : perdo-ável, manej-ável : ins-consciente, in-sensato*, etc., e sua realização na fala é um fato insignificante em comparação com a possibilidade de formá-la (SAUSSURE, [1916] 2006, p.193).

Nesse contexto, o estudo da linguagem mantém na *língua* não só seu conceito essencial, mas o seu único *objeto científico*, enquanto a *fala*, permanece como um termo relativo ao que é “acessório e mais ou menos acidental” (p.22), e seu estudo é considerado secundário (p.27), como demonstra o esquema ilustrado no CLG (p.115).

Para conceber a *distinção* entre a *língua* e *fala* é, por fim, necessário entender a importância da *teoria* saussuriana *do signo*. Como explica De Mauro ([1967] 1995), “**o ponto de partida das reflexões de Saussure é a consciência aguda da individualidade absoluta, única, de cada ato expressivo, esse ato que ele chama de fala**” (p.v, grifos nossos). A partir do que, diante da constatação espontânea de uma exclamação *individual* como “a guerra, eu lhes digo, a guerra!”, se pode questionar, por exemplo, que o orador tenha *repetido* duas vezes uma *mesma* palavra, já que essa constatação só é possível *em um sentido bastante específico*.

Isso porque, segundo o autor, “se nos interessamos pelo conteúdo psicológico (...) efetivo e concreto que ‘guerra’ comunica a cada vez, ou ao ato fonatório concreto pelo qual ‘guerra’ é a cada vez realizado, nos encontramos a cada vez diante de uma coisa diferente” (p.v), pois, pela via da realização psicológica efetiva e concreta, a cada ocasião em que diz ‘guerra’ o indivíduo pode ter em mente uma gama infundável de significações distintas, “como demonstram os testes de análise psicológica e de associação”; pela via da realização fonatória concreta, “os instrumentos de análise eletroacústica” (e pode-se adicionar aqui também certas vertentes da fonologia contemporânea)

atestam que a pronúncia dificilmente será eximida de alguma alteração. A constatação de Saussure sobre a singularidade de cada ato expressivo de fala implica que a *mesma* palavra, no plano da execução concreta (de sons e de significados), repetida pela mesma pessoa duas vezes nunca terá, pois, uma realização **idêntica**²⁸. Não é, por esse motivo, especificamente *no plano da execução da fala que é possível reconhecer que se trata de uma repetição*; mas, conforme De Mauro,

observando não nossa maneira de utilizar, mas nossa maneira de apreciar a língua que nós utilizamos, é justamente no discurso concreto que, como locutores e auditores, nós reconhecemos, de uma ocorrência a outra, as diferentes repetições de ‘guerra’ precisamente como repetições, ou, dito de outro modo, como variações de certa coisa que, para variar, deve continuar idêntica de algum ponto de vista (DE MAURO, [1967] 1995, p.vi).

Se o ponto de vista em questão não pode ser aquele da substância *psicológica* e/ou *fônica* implicada na *execução da fala*, ele deve ser encontrado, segundo o autor, não no que os falantes **fazem** (pelo que cada ato individual é único), mas pelo fato de que eles **sabem** “que as (...) repetições de guerra são, além de toda variação de sentido ou de fonia, réplicas de uma mesma entidade”. À substância contida na execução da *fala*, que envolve “a união de uma fonia concreta e de um sentido concreto”, Saussure oporá a forma determinada no saber (na “maneira de apreciar”) da língua, uma “cristalização social” através da qual “todos os indivíduos” podem reproduzir “não exatamente, sem dúvida, mas aproximadamente” as mesmas ligações entre significante e significado. A língua constitui, desse modo, um “sistema de signos onde, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica” (SAUSSURE, [1916] 2006, p.21)²⁹.

Embora as definições expostas até aqui *distingam* radicalmente os conceitos de *língua* e *fala*, a consideração de uma relativa **determinação** do primeiro sobre o segundo tende a aproximá-los. Se, por um lado, a relação entre sincronia e diacronia corrobora amplamente com a ideia de que a *fala* “é necessária para que a língua se estabeleça”, por outro lado, para considerar uma *determinação* da *língua* sobre a *fala* é preciso observar que “a língua é necessária para que a fala seja inteligível

e produza todos os seus efeitos” (p.27). Para tanto, faz-se necessário recorrer à concepção saussuriana da língua como “sistema gramatical” (p.21).

De acordo com Saussure, “à sincronia pertence tudo o que se chama gramática geral” (p.117), o que significa que, sob a ótica *social*, o sistema sincrônico da língua pode ser compreendido como um “sistema gramatical que existe virtualmente [...] no cérebro dum conjunto de indivíduos” (p.21) – o que significa que, num dado grupo lingüístico, há uma partição que divide as formações languageiras entre *gramaticais* e *agramaticais*. Por outro lado, sob a ótica *individual*, o sistema gramatical, para Saussure, “é o conjunto de hábitos lingüísticos que permitem a uma pessoa compreender e fazer-se compreender” (p.92). Nesse sentido, como afirma De Mauro ([1967] 1995) a *língua*, no CLG é um sistema que “governa a fala, existe acima dela; e é aí que reside sua única razão de ser [...] tanto que pode-se dizer que a língua vive penas para governar a fala” (p.420). É como um *ideal imaginário* e como uma *determinação coercitiva* que a estrutura objetiva da *língua* pode se aproximar da execução individual da *fala* (cf. DIAS, 2015).

Isso porque *governar* significa *determinar*, mas não *completamente*. Não ao menos quanto ao julgamento que faz com que uma inovação na *fala* seja aceita pela comunidade ou permaneça individual. Assim, a *fala* se torna também o registro das *formações languageiras cuja identidade* (que, no circuito, permite o reconhecimento social dos signos) já não *pode ser garantida*. Os erros (ou agramatismos) que um falante pode cometer não descreditam o sistema sincrônico aceito socialmente; pelo contrário, se eles se limitam à face individual da linguagem: “pode-se comparar a língua a uma sinfonia, cuja realidade independe da maneira por que é executada; os erros que podem cometer os músicos que a executam não comprometem em nada tal realidade” (p.26).

Essa exegese do conceito de *fala* no CLG, por distinção em relação ao conceito de *língua*, não pretendeu ser completa. Coube somente demonstrar, no que diz respeito à *proposição F³⁰*, a impossibilidade que o modelo epistemológico da Linguística impôs à definição da *fala* como um objeto próprio à ciência. Com efeito, quanto à segunda parte dessa mesma proposição, mesmo que a Linguística de Chomsky apresente, em vários pontos, críticas radicais em relação à do *Curso* de

Saussure, no que concerne especificamente ao princípio epistemológico da distinção saussuriana, não houveram mudanças consideráveis. Em 1963 e 1964, por exemplo, embora Chomsky apresente críticas a Saussure (como, por exemplo, a de ter ignorado o fato da recursividade das regras sintáticas), por outro lado, ele também declarou sua adesão à doutrina saussuriana, concordando com a distinção entre *língua* e *fala*³¹.

No entanto, Chomsky (1986) atribuiu ao conceito saussuriano de *língua* uma indistinção entre o que pode ser representado por uma língua internalizada (I-language), tomada como uma gramática presente na mente de um falante individual, e uma língua exteriorizada (E-language), tomada no sentido comum (como o *português*). Na visão do autor, Saussure teria recorrido a uma “comunidade de fala idealizada” e homogênea (p.16 e 147) para conceber a língua “como um sistema de sons e um sistema de conceitos associados” e, *relegando a noção de sentença* “a uma espécie de limbo, talvez para ser acomodado no estudo do uso da língua”, não pôde responder ao paradoxo, postulado de certo modo desde Platão, da criatividade da linguagem frente a pobreza de estímulos. Para isso, sua Gramática Gerativa supõe um sistema inato de regras finitas, internalizado em cada falante, que permitiria a descrição estrutural das sentenças infinitas que podem ser consideradas como gramaticalmente corretas em uma determinada língua.

Guardadas as divergências entre os dois autores, a preocupação de definir um sistema gramatical de maneira coerente, afastando, para isso, a execução concreta da atividade linguística, se mantém no gerativismo. Isso fica bastante claro no momento em que Chomsky (1965) diferencia a *competência* do *desempenho* linguístico, tomando apenas a primeira como objeto para sua ciência. Embora apareçam, a partir daí, cisões teóricas específicas em relação ao conceito de *língua*, a *distinção* entre o *sistema gramatical* e a *atividade linguística* permanece inalterada e de forma decisiva para sua teorização:

A distinção que aqui assinalo está relacionada com a distinção língua/fala de Saussure; é, no entanto, necessário rejeitar o seu conceito de língua uma vez que é meramente um inventário sistemático de itens, e regressar à concepção humboldtiana da competência subjacente como um sistema de processos gerativos (CHOMSKY, 1965, p.4).

Isso porque a delimitação do objeto, nessas duas vertentes da Linguística, se constitui a partir do mesmo princípio epistemológico, que fornece as condições de cientificidade (homogeneidade do objeto, etc.)³², de modo que, de Saussure a Chomsky, a mesma inspiração epistemológica define não só o método, mas também a própria reflexão sobre a linguagem no interior da disciplina Linguística:

Esta parece para mim ter sido a posição dos fundadores da Linguística geral moderna, e não há razão convincente para modificar o que foi por eles oferecido. Para estudar de fato ao desempenho linguístico, nós precisamos considerar a interação de uma série de fatores, dos quais a competência subjacente do falante-ouvinte é apenas uma (CHOMSKY, 1965, p.4).

Por isso, para Chomsky, o estudo da gramática como um sistema pretensamente **universal** não pode ser afetado pelas **singularidades** do desempenho. Elas permanecem, então, na teoria Linguística, como:

condições gramaticalmente irrelevantes, tais como limitações de memória, distrações, alterações de atenção e interesse, e erros (aleatórios ou característicos) na aplicação de seu conhecimento da linguagem no desempenho corrente (*ibid.*, p.3).

Pela *proposição I*, com Saussure, a gramática entra no discurso da ciência; Chomsky repete o gesto saussuriano³³: enquanto o *desempenho* está sujeito a idiosincrasias, a *competência* é supostamente *objetiva*. Em síntese, ao se **recusarem** a constituir uma ciência pautada na *atividade da linguagem*, as duas vertentes da Linguística encontram a objetividade necessária para satisfazer seu desejo de cientificidade no *saber* sobre a *língua* e/ou na *competência* que governa essa atividade.

No contexto de Saussure e de Chomsky, definidas como um conhecimento relacionado à gramática, *língua/competência* só são possíveis do ponto de vista científico porque, como um *objeto* da ciência, são eximidas da *liberdade* e da *heterogeneidade* da linguagem. Isso não implica, porém, que o **recusado** seja **desconhecido**, como explicou o linguista francês Jean-Claude Milner. Pelo contrário, trata-se do efeito de um recorte epistemológico *totalmente consciente*:

Notar-se-á que supor a possibilidade de linguística como ciência não significa dizer que todos os fatos da linguagem reconhecidos por ela sejam estabelecidos: critica-se a frequentemente a posição saussuriana e seus análogos por não poderem considerar todos os fatos (por exemplo os lapsos, a poesia, as causalidades históricas ou sociais), mas eis o que está em questão: a linguística pode, ao mesmo tempo, estar relacionada ao ideal da ciência, e ainda assim ser ‘total’? Se, como Saussure explicitamente o fez, se responde pela negativa (este é o verdadeiro significado da distinção entre língua e linguagem), a crítica é infundada: é com plena consciência que a parcialidade do ponto de vista é adotada (MILNER, 1978b, p. 10).

Em face do panorama epistemológico da Linguística, cumprirá, a seguir, reexaminar a *proposição II* e as pretensões da Psicolinguística a considerar a *fala e/ou o desempenho* como seu próprio *objeto*.

5. De uma antinomia epistemológica

A Linguística, na tradição de Saussure e de Chomsky, compromete-se com uma diretiva epistemológica específica: ela se **recusa** a construir uma ciência que pautada na consideração da face *individual/singular* da linguagem e, *exatamente por essa recusa*, pôde distinguir a *língua* do todo da linguagem, de forma que, na construção de seu objeto, *entraram em jogo regras envolvidas na epistemologia das ciências, como sua determinação pela constatação de sua homogeneidade, regularidade e permanência*, e, por outro lado, pela *exclusão do heterogêneo, do irregular e do fortuito*³⁴. A partir dessa diretiva, é possível reavaliar as pretensões científicas da Psicolinguística no que diz respeito a fenômenos típicos da *fala/desempenho (proposição II)*.

Ao valer-se dos *mesmos conceitos* estabelecidos pela Linguística (a saber, o de *fala* e o de *desempenho*) e considerá-los como seu *objeto*, a Psicolinguística entra em antinomia radical com o próprio princípio epistemológico por meio do qual a Linguística os concebeu. Isso porque a pretensão de conceber *objetivamente* algo da face da linguagem que Saussure e Chomsky julgaram como não-objetiva sempre foi, no *âmbito do programa geral, a principal meta da*

Psicolinguística, antes mesmo de sua oficialização até os projetos atuais. Para isso, ao reivindicar os conceitos da Linguística, ela precisou desconsiderar grande parte da *proposição 1*, que, no entanto, representava o motivo pelo qual esses conceitos tinham sido criados (cf. seção 1 e 4).

É o que apontam suas claras tentativas de conceber objetivamente fenômenos como *os erros* na linguagem desde a primeira vertente da Psicolinguística (anterior à de Osgood). No caso específico do estudo do **erro** na fala, por exemplo, a grande reflexão que influenciou toda a Psicolinguística resultou da parceria entre o gramático indo-europeísta Rudolf Meringer (*1859 †1931) e o neurologista e psiquiatra Carl Mayer (*1862 †1936), que, juntos, analisaram um corpus com mais de 8.800 erros de fala, que foram publicados em 1985 em um trabalho intitulado “*Eine psychologisch-linguistische Studie*”³⁵. Mais tarde, no artigo “*Aus dem leben der sprache*”, Meringer (1908) afirmou que a hipótese que o tinha levado a categorizar os erros tinha se confirmado: “o acaso está excluído no que concerne aos erros na fala porque eles são totalmente baseados em regras” (p.3).

Como propôs Meringer, trata-se de **regras**, e não de **tendências**. Ao supor que essas *regras que regem os erros* poderiam ser estabelecidas independentemente (1) das condições particulares em que eles surgem em situações enunciativas concretas e (2) dos sujeitos falantes que os produzem, o gesto de Meringer não apenas refletia o princípio fundador da tradição gramatical³⁶, mas também o princípio epistemológico da tradição de Saussure e de Chomsky (que buscaram elevar a gramática ao estatuto de ciência³⁷). A diferença é que, no contexto de Meringer, todavia, ele foi aplicado à *face individual/singular* da linguagem³⁸.

De acordo com Fromkin (1973, p.14), foi justamente sob a influência do trabalho de Meringer que, no início da década de 1970, constituiu-se um conjunto de pesquisas que somou mais trabalhos sobre erros do que em toda história dos estudos da linguagem. O sucesso dessa vertente, predominante de certa forma até hoje no interior da Psicolinguística, não parece gratuito: em maior ou menor grau, ele se deve ao fato de que a pretensão dos limites do conhecimento científico atingir, através dela, até mesmo àquilo que, na Linguística, é considerado como ocorrência individual da *fala* e/ou fruto das singularidades do *desempenho*, ou seja, como o que resiste à

sistematização pelo âmbito epistemológico. Para constituir, a partir deles, o *objeto* de sua ciência, não seria preciso, então, que a Psicolinguística negasse o que foi afirmado pela Linguística?

Diante do que foi antecipado nas seções anteriores, essa indagação pode ser reformulada da seguinte forma: a contestável filiação entre as disciplinas (sempre mais ou menos declarada, mesmo quando manifesta apenas em enunciados negativos como “a linguística não se ocupa da *parole*”) não seria a demonstração de que a “recusa” da linguística (a considerar a face *individual/singular* da linguagem como seu *objeto*) deveria ter sido interpretada antes como um ponto de interdição a ser transgredido para permitir a construção de um estudo científico da *fala/desempenho*? Se a Psicolinguística reivindicasse seu status de ciência por essa via, essa antinomia não poderia de modo algum ser resolvida, já que, quando os conceitos da Linguística são utilizados, a orientação epistemológica que os construiu é completamente violada.

Poder-se-ia também minimizar a consideração acerca da influência das reflexões da Linguística – ignorando tanto o consenso na literatura da Psicolinguística como sua reivindicação de conceitos da Linguística – e explicar que *não é na Linguística, mas na Psicologia (e, atualmente, na neuropsicologia-cognitivista) que a Psicolinguística encontra seu abonador científico*. Essa parece ter sido a estratégia de Reber (1973), que vinculou ambas disciplinas tanto ao estudo da *competência* quanto do *desempenho*, relativizando a dupla origem da disciplina. Para o autor, a *teoria da competência* e a *do desempenho* obtêm *apenas* um respaldo maior, respectivamente, na *Linguística* e na *Psicologia*:

as teorias da competência e/ou desempenho serão claramente Psicolinguísticas em natureza, embora uma possa ser mais ou menos psicológica ou linguística do que a outra. A teoria da competência será principalmente uma teoria Linguística, um conjunto de hipóteses sobre a natureza subjacente da linguagem. Da mesma forma, uma teoria do desempenho será principalmente uma teoria psicológica, um conjunto de hipóteses sobre o comportamento linguístico de um falante-ouvinte de uma língua particular” (*op. cit.*, p.305-306).

Mas, mesmo que a Psicolinguística encontre a cientificidade de sua *teoria do desempenho* na Psicologia e não na Linguística, não o faz sem levantar certas desconfianças. É o que apontam suas tentativas de considerar fenômenos como as *hesitações* na fala adulta e os *erros* no *processo de aquisição da linguagem*.

Quanto às **hesitações**, desde Henderson, Goldman-Eisler & Skarbek (1966), a Psicolinguística sustenta sua hipótese descritiva na ideia de uma *distribuição não aleatória* das hesitações no fluxo da fala. Tal hipótese, todavia, dificilmente se sustenta totalmente diante de dados empíricos extraídos de conversação espontânea. Isso porque, ainda que as *tendências* de seu aparecimento possam ser facilmente apreensíveis – incidindo, por exemplo, em certos clíticos que antecedem elementos lexicais³⁹ – a *imprevisibilidade das manifestações das hesitações* se marca muitas vezes pelo rompimento de constituintes que estão entre os mais elementares da estrutura linguística (como, por exemplo, os do nível da sílaba, como é o caso de *alongamentos* e de *pausas hesitativas* que incidem sobre consoantes na posição de *onset*)⁴⁰.

A respeito do *erro* na fala da criança no processo de **aquisição de linguagem**, a Psicolinguística também sustentou, durante longa data, a hipótese de que eles seriam sistematizáveis pelo âmbito epistemológico. É o que ilustra a corrida da Psicolinguística, nos anos 1970, na busca de constituir definições metódicas que tornassem possível a descrição das *regras* através das quais as mudanças na fala da criança poderiam ser representadas. Nos anos 1980, por exemplo, a compreensão do *erro* na fala da criança foi alvo para a aplicação de uma teoria homogeneizante proveniente da Psicologia, como explicou Lemos (1997)⁴¹. Apesar das contribuições dessas pesquisas, a insistente busca por regularidades que explicassem esse processo de modo sistemático também deparou-se com aquilo que causa o problema epistemológico essencial da Linguística, de forma que, recentemente, como afirmou Lemos,

a corrida de psicólogos e linguistas, gravador em punho, em busca de falas de crianças que pudessem exibir uma ordem de aquisição que comprovasse uma hierarquia de complexidade definida por alguma teoria linguística, parece ter cessado. E por questões de ordem tanto empírica quanto teórica, se é que,

nesse caso, seja possível separá-las. Tanto investigadores da aquisição de uma mesma língua como investigadores que se reuniram para comparar dados da aquisição de línguas diferentes se viram diante de falas que exibiam, ao contrário do esperado, uma forte resistência à sistematização. Tentativas de superá-la resultaram em uma verdadeira deriva teorizante e, por fim, no balde de água fria representado pela posição dissonante de Chomsky ao afirmar que os estados (não estágios) intermediários entre o estado 0 e o estado estável eram irrelevantes do ponto de vista linguístico (LEMOS, 2014, p. 959).

Essas análises apontam para a própria antinomia da Psicolinguística em relação à epistemologia da Linguística, pois, ao tomar as *tendências* de aparecimento de fenômenos do domínio da *fala/desempenho* como *regras* do âmbito epistemológico (seja recorrendo à Linguística ou à Psicologia), ela ignorou a diretiva que levou a Linguística a se recusar a considerar esse domínio como próprio à sua ciência.

Com efeito, ainda que a face *individual/singular* da linguagem seja, para a Linguística, incompatível com a noção de ciência – de modo que a ‘linguística da fala’ e a ‘teoria do desempenho’ mantenham-se como uma espécie de questão residual –, afirmar simplesmente que há uma *recusa* por parte da Linguística é extrair dela muito menos do que ela pode oferecer para a investigação da face *individual* e/ou *singular* da linguagem. Isso simplesmente porque *recusar-se* nem sempre significa *desconhecer* totalmente, já que para se *recusar* a algo é necessário que haja, em maior ou menor grau, certo *reconhecimento* daquilo que se pretende recusar. E aquilo que a Linguística reconhece no domínio da *fala* e/ou do *desempenho* para recusar-se a considerá-lo como seu *objeto* é precisamente o que caracteriza a própria essência desses conceitos: a **liberdade** do sujeito falante e a conseqüente **imprevisibilidade** de toda atividade linguística concreta⁴².

O *reconhecimento* (e não simplesmente *a recusa*) é delineado pela via de sua oposição em relação à epistemologia: mesmo que o sujeito falante seja coagido a orientar-se (geralmente de forma inconsciente) por regras objetivas (que são extraídas da *fala/desempenho*, através de

operações epistemológicas, para determinar a *língua/competência*, uma vez que “a *língua* governa a *fala*”), *ele sempre e a qualquer momento pode transgredi-las* na execução concreta da *fala* e/ou do *desempenho*; por outro lado, como foi antecipado, se a Linguística pôde reivindicar sua cientificidade, foi por considerar a *língua/competência* como *Uma* (resultado de um recorte no tempo, um sistema gramatical, homogêneo, regular e destituído de toda subjetividade), configurando seu *objeto*, como o das ciências naturais, em termos de leis **necessárias**.

Para instaurar um saber sobre a *fala* e/ou o *desempenho* que não incidisse em uma antinomia em relação a essa ciência, seria preciso partir do *reconhecimento* da Linguística de que aquilo que distingue mais o *objeto língua/competência* do “não-objeto” *fala/desempenho* é (1) a *não submissão do todo da linguagem* ao caráter *representável* da ciência⁴³, (2) a *imprevisibilidade* dos atos *individuais* e/ou *singulares*, ou, em suma, (3) a *liberdade do falante*.

6. Consequências

Dizer que, na Linguística, os conceitos de *fala* e *desempenho* estão irrevogavelmente atrelados a consideração da liberdade inerente a toda atividade da linguagem, configurando o domínio da *imprevisibilidade*, não significa dizer também que as supostas *regras* dos psicolinguistas não possam ser consideradas como *tendências*. Muito pelo contrário, significa tão somente que a *proposição* que organiza a epistemologia da Linguística inclui uma *diretiva* (da qual a própria definição desses conceitos deriva) que limita sua consideração através do mesmo ideal de cientificidade. Por essa razão, cabe colocar a seguinte questão: qual seria o papel do desvelamento de *tendências* ou mesmo a possibilidade do desenvolvimento de um saber em torno da *fala/desempenho* que estivesse alocado *fora* do âmbito epistemológico?

Para oferecer *uma* resposta a essas questões, buscou-se reconstituir, em Dias (2015), a origem dos conceitos de *necessidade* e de *liberdade* no interior da história da filosofia, chegando à concepção clássica da **necessidade** das leis naturais (como a física newtoniana as revela), em oposição à **liberdade**, possibilidade essencialmente *humana* de se distanciar das leis que lhe são impostas imperativamente, motivo pelo qual apenas os *seres humanos* podem *criar* e *transgredir*⁴⁴. Foi em

torno do problema da *necessidade* que se configuraram saberes *especulativos* que caracterizam o âmbito epistemológico; já em relação ao problema da *liberdade*, se estabeleceram saberes *práticos*. No interior da chamada *filosofia moderna*, e mais especificamente a partir da filosofia crítica de Immanuel Kant, a distinção entre as **leis invioláveis** que determinam os objetos do mundo natural e as **leis violáveis** que coagem as *ações humanas* foi usada para a distinção entre a *ciência* e a *ética*.

Quanto à *necessidade*, as críticas de Kant ao realismo de Newton (que enaltecia a abstração filosófica desqualificando a forma leiga de julgar os objetos) e ao empirismo de Hume (que questionava a centralidade do papel da razão na origem do conhecimento, deslocando-a para uma associação de impressões sensíveis frutos de experiências habituais) apontam para o ponto nevrálgico do âmbito epistemológico: a ciência só chega de fato a resultados sólidos e plausíveis como os da física porque a razão humana engendra a sua *condição de direito*. Já que todo objeto aparece no *tempo* e no *espaço* através da sensibilidade, esses foram tomados por Kant como duas formas transcendentais da intuição sensível. Assim, quanto a Newton, como dirá Alquié (1972), “a física concebe o mundo no âmbito absoluto do tempo e do espaço. Kant transpõe esse âmbito para o interior do homem”. Já quanto a Hume, Kant demonstrou que os objetos intuídos na sensibilidade são submetidos ao julgamento através dos conceitos da razão (como o de unidade⁴⁵), os quais não teriam correlatos em impressões sensíveis, mas consistiriam, em vez disso, em condições transcendentais (*a priori*) de toda experiência possível.

Se o **âmbito epistemológico** assim justificou a ciência, concebendo uma faculdade humana de julgar aplicada aos **objetos**, por outro lado, no **âmbito ético**, a justificativa da moralidade foi efetuada através da *mesma faculdade de julgar* aplicada às **ações humanas**. Mas, enquanto no primeiro caso, o julgamento dos objetos é **necessário**, pautado apenas em leis racionais (para as quais a transgressão é impensável⁴⁶), no segundo, o julgamento das ações é **livre** (já que o homem sempre pode transgredir as normas que ele mesmo se impõe)⁴⁷.

Para constituir um *saber* concernente ao domínio *fala/desempenho*, tomado como uma ação humana e não como objeto de ciência e,

ainda assim, não recair na antinomia aqui denunciada, é preciso, antes de tudo, reconhecê-lo no *âmbito ético* e não no *epistemológico*, como proposto em Dias (2015). Caberá então, às publicações posteriores, demonstrar a relevância da **ética da fala** como domínio profícuo para a análise dos fenômenos *individuais/singulares* da linguagem.

Nelas serão consideradas duas relações entre *os conceitos-chave da Linguística*: a **coercitiva**, em que deve se pautar toda a *tendência* que aproxima *fala/desempenho de língua/competência* (e que, por outro lado, possibilita a existência do âmbito epistemológico da Linguística, reconhecido pela *necessidade* que reside no “saber sobre a linguagem”, na *competência*), e a **criativa**, que distingue radicalmente tais conceitos pela *liberdade* do falante, representada pela imprevisibilidade de sua atividade linguística, ou seja, pelo inocultável fato de que, a qualquer momento, ele pode transgredir a quaisquer regras.

Assim, para que a proposta de divisão dos estudos da linguagem se estabeleça entre **ciência da língua** e **ética da fala**, é preciso conceber essa última como norteada pela correlação entre a *incidência coercitiva da lei sobre a ação* e a *incidência coercitiva da língua/competência sobre a fala/desempenho*. Por oposição à *ciência da língua*, na qual são postuladas *leis invioláveis* como as naturais, a ética da fala deve tomar como ponto de partida o fato de que, enquanto *ação humana*, a *fala e/ou o desempenho* é livre, e, portanto, *imprevisível* em sua totalidade. As *tendências* através das quais a Psicolinguística busca tornar *objetiva* a face *individual e/ou singular* da linguagem não podem ser consideradas *como as leis invioláveis das ciências naturais*. Contra essa abordagem predominante, é preciso considerar que, no domínio dos fenômenos da *fala/desempenho*, a transgressão às regras é sempre possível.

Referências bibliográficas

- ALQUIÉ, F. (1972) “Science et métaphysique chez Malebranche et chez Kant”. *Revue Philosophique de Louvain*. Quatrième série, t.70, n° 5.
- ALTMANN, G. (2006). “Psycholinguistics: History”. In: BROWN, K. (org.) *Encyclopedia of Language and Linguistics*, v.10, Amsterdam: Elsevier.
- BLUHME, H. (1973). “Notes on psycholinguistics”. In: *Studia Linguistica*, v.27, issue 1-2, p.93–107.

- BLUMENTHAL, A. L. (1970). *Language and psychology: Historical aspects of psycholinguistics*. New York: John Wiley & Sons.
- _____. (1987) *The emergence of psycholinguistics*. In: *Synthese*, v. 72, issue 3, p.313-323.
- CHOMSKY, N. (1957). *Syntactic Structures*. Mouton, The Hague.
- _____. (1965) *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge: MIT Press.
- _____. (1986) *Knowledge of language*. Praeger Publishers.
- COSERIU, E. ([1967] 1980). “Georg von der Gabelentz e a Linguística sincrônica”. In: *Tradição e novidade na ciência da linguagem: estudos de história da Linguística*. São Paulo: EDUSP, p.213-263.
- COWLES, H. W. (2011). *Psycholinguistics*. New York: Springer.
- DASCAL, M., BORGES-NETO, J. & FRANÇOZO, E. (1985) “Modeling the psycholinguistic mold”. In: *Journal of Pragmatics*, nº 9, p.345-376.
- De LEMOS, M. T. G. (1994). *A língua que me falta: uma análise dos estudos em aquisição de linguagem*. Tese de doutorado em Linguística – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).
- DE MAURO, T. ([1967] 1995). “Notes et commentaires” In : SAUSSURE, F. [1916] *Cours de linguistique générale*, Paris : Payot & Rivages.
- DIAS, C. E. B. (2015). *A est-ética da fala: o equívoco em julgamento*. Tese de doutorado em Linguística – Instituto de estudos da Linguagem (IEL), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Disponível em:
<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000945923>
- DOROSZEWSKI, W. ([1931] 1933). “Quelques remarques sur les rapports de la sociologie et de la linguistique: Durkheim et F. de Saussure”. In : *Journal de psychologie normale et pathologique*, nº 30, p.82-91.
- DURKHEIM, E. ([1894] 1919). *Les règles de la méthode sociologique*. Paris: Felix Alcan, 7e édition.
- _____. (1898). “Représentations individuelles et représentations collectives”. In: *Revue de Métaphysique et de Morale*, nº 6 (3), p.273-302.
- FIELD, J. (2005). *Psycholinguistics: the key concepts*. New York: Routledge.

- FORRESTER, M. A. (1996). *Psychology of language: a critical introduction*. London: SAGE.
- FREUD, S. ([1901] 1996). “Psicopatologia da Vida Cotidiana”. In: *Obras Completas*. Edição Standart Brasileira, Imago: Rio de Janeiro.
- FROMKIN, V. (1973). *Speech errors as linguistic evidence*. Paris: Mouton.
- GABELENTZ, G.V.D. ([1891] 1969). *Die sprachwissenschaft: Ihre Aufgaben, Methoden und bisherigen Ergebnisse*. Revisado por Albrecht Graf von der Schulenburg. Leipzig: Tauchnitz.
- HENDERSON, A., GOLDMAN-EISLER, F. & SKARBEK, A. (1966). “Sequential temporal patterns in spontaneous speech”. *Language and speech*, London, v.9, n° 4, p.207-216.
- HJELMSLEV, L. (1942) “Langue et parole”. In : *Cahiers Ferdinand de Saussure*, n°2, p.29-44.
- HORMANN, H. ([1971] 1979). *Psycholinguistics: an introduction to research and theory*. Second edition, revised and translated by H. H. Sternand Peter Leppmann. New York: Springer.
- HUGHES, H. S. ([1958] 2008). *Consciousness and Society*. New York: Transaction.
- JAKOBSON, R. (1984) “La théorie saussurienne en rétrospection”. (Manuscrito editado por Linda Waugh). In: *Linguistics*, v.22, I. 2.
- KOERNER, E.F.K. ([1972] 1978). “Hermann Paul and synchronic linguistics”. In: *Toward a Historiography of Linguistics: Selected Essays*, Amsterdam: John Benjamins.
- _____. ([1971] 2012). “O problema da “influência”: Georg Von der Gabelentz e Ferdinand de Saussure”. Tradução de Cristina Altman. In: *Todas as Letras*, v.14, n.1.
- LEBRUN, G. (2010). *Sobre Kant*. São Paulo: Iluminuras.
- LEMOS, C. (1995). “Língua e discurso na teorização sobre aquisição de linguagem”. In: *Letras de Hoje*, vol.30, n°4.
- _____. (1997). *Processos metafóricos e metonímicos: seu estatuto descritivo e explicativo na aquisição da língua materna*. In: The Trento Lectures and Workshop on Metaphor and Analogy.
- _____. (2014). “A criança e o linguista”. In: *Estudos linguísticos*, vol. 43, n°2.
- LEVELT, W. (2013). *A history of psycholinguistics: The Pre-Chomskyan Era*. Oxford University Press.

- MACLAY, H. & OSGOOD, C. E. (1959). "Hesitation phenomena in spontaneous English speech". In: *Word* (Journal of the linguistic circle of New York), v.15, nº 1.
- McNEILL, D. (2002). "Gesture and language dialectic". In: *Acta Linguistica Hafniensia: International Journal of Linguistics*, v.34.
- MERINGER, R. & MAYER, C. ([1895] 1978). *Versprechen und Verlesen: Eine psychologisch-linguistische Studie*. Amsterdam : John Benjamins.
- MERINGER, R. (1908). *Aus dem Leben der Sprache*. Berlin: B. Behr.
- MILNER, J-C. ([1975] 1978). *L'amour de la langue*. Paris: Seuil.
- _____. (1989). *Introduction à une science du langage*. Paris: Seuil.
- MOUNIN, G. (1959) "Une illusion d'optique en histoire". In : *Travaux de l'Institut de Linguistique de Paris*, nº 4, p.7-13.
- NORMAND, C. (1978). "Langue/parole: constitution et enjeu d'une opposition". In: *Langages*, nº 49, p. 66-90.
- OSGOOD, C.E. (1963). "On understanding and creating sentences". In: *American Psychologist*, v.18 (12), p.735-751.
- _____. (1980). *Lectures on language performance*. New York: Springer.
- OSGOOD, C. E. & SEBEOK, T. A. (1965 [1954]). *Psycholinguistics: a survey of theory and research problems*. Baltimore: Indiana University.
- PAUL, H. ([1880] 1920). *Principien der Sprachgeschichte*. Halle: Max Niemeyer.
- PÊCHEUX, M. & GADET, F. (2004). *A Língua Inatingível*. Campinas, SP: Pontes.
- REBER, A. S. (1973). "On Psycho-Linguistic Paradigms". In: *Journal of Psycholinguistic Research*, v.2, nº 4.
- RIEBER, W.R. (1980). *Psychology of Language and thought: essays on the theory and History of Psycholinguistics*. New York: Plenum Press.
- SAUSSURE, F. ([1916] 2006). *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix.
- _____. ([1916] 1995). *Cours de linguistique générale*, édition critique par Tullio de Mauro, Paris : Payot & Rivages.
- SCLIAR-CABRAL, L. (1991). *Introdução à Psicolinguística*. São Paulo: Ática.

VENDRYES, J. ([1916] 1921). *Le langage*. Paris : Renaissance du livre.

WEINREICH, U. (1955). “One man's psycholinguistics”. In: *American Speech*, v.30, n.2.

WHITNEY, W.D. ([1867] 1874). *Language and the Study of Language*. New York, C. Scribner & Company.

WUNDT, W. (1900). “Die Sprache”. In: *Völkerpsychologie*, v. I & II. Leipzig: Alfred Kröner Verlag.

Palavras-chave: Linguística; Psicolinguística; Epistemologia.

Keywords: Linguistics, Psycholinguistics; Epistemology.

Notas

¹ Trata-se de parte de um trabalho desenvolvido entre 2008 e 2015 no Centro de Pesquisas OUTARTE do IEL/UNICAMP, com o apoio de uma bolsa de doutorado concedida pelo CNPq e também de uma bolsa PDEE concedida pela CAPES (estágio “sanduíche” no complexo universitário francês *Sorbonne Paris Cité*).

² A esse respeito, cumpre lembrar das palavras com as quais o linguista e psicanalista francês Jean-Claude Milner inicia o prefácio de um de seus livros: “a linguística deseja ser uma ciência. Fora desse desejo, ela não tem nenhum estatuto [...]. É claro que o nome ciência não é evidente em si mesmo; sabemos que cabe à epistemologia especificar seu conteúdo; sabemos também que existem várias doutrinas epistemológicas, de forma que a linguística é afetada por todos os equívocos e hesitações que marcam a questão da ciência” (MLNER, 1989, p. 9).

³ Nas seções “2. Fala/desempenho: objeto da Psicolinguística?” e “4. O (não-)objeto da linguística”, restringimos os limites dessa argumentação a uma abordagem que concerne apenas as influências da distinção *língua/fala* sobre a distinção *competência/desempenho*, já que uma análise completa dos fundamentos do conceito de *performance* em Chomsky, e mesmo de suas diferenças em relação ao conceito de *parole* de Saussure mereceria por si só um intenso (e extenso) trabalho.

⁴ A respeito da oficialização da Psicolinguística, cf. de Lemos (1994, p.45 *et seq*).

⁵ Nesse e nos próximos trechos citados de obras escritas em línguas estrangeiras (inglês, francês e alemão), visando facilitar a leitura, o critério metodológico utilizado aqui se constituirá na manutenção de nossas próprias traduções no corpo do texto.

⁶ Quanto às contribuições de Osgood, o autor afirma que “Biochemistry does not require either chemistry or biology to renounce its achievements. Psycholinguistics' would also be on surer ground if the elementary principles of both constituent disciplines were respected; and recent interdisciplinary explorations by others have shown that it is possible to have a psycholinguistics which is mindful of basic linguistic theory” (WEINREICH, 1955, p. 124).

⁷ “For psycholinguistics the genesis of *parole* is the central issue; Saussure had practically no interest in it. An even greater problem is the fact that the relationship of

langue and parole to each other remains as unclear as the relationship of each of these concepts to the everyday reality of spoken language” (HORMANN, [1971] 1979, p. 14).

⁸ De acordo com Bluhme (1973), tais distinções cumpririam uma função análoga para a Psicolinguística: “It is true that both terminologies are not identical, but the notions are similar enough to suggest that Chomsky should either have avoided his terminological creation or at least have pointed out the distinction from de Saussure (who reflected Aristotelian thinking) when he first used his now well-known terms—provided he knew about de Saussure at that time” (p.99).

⁹ “A classic psycholinguistic problem is parole; in its modern formulation, ‘performance’”.

¹⁰ “In psycholinguistics, those who work within the Chomskyan tradition follow a theory-driven approach which seeks evidence of the psychological reality of Chomsky’s constructs. However, they face a problem in attempting to tap into competence rather than relying on performance data”.

¹¹ “Thus, linguistics has tended to concentrate on developing generative grammars and related theories for isolated sentences; and psycholinguistics has tended to develop processing theories that draw upon the rules and representations assumed by generative linguistics”.

¹² “Chomsky’s influence on psycholinguistics cannot be overstated. He drew an important distinction between ‘competence,’ or the knowledge we have about a language, and ‘performance,’ the use of that language (a distinction that was reminiscent of Saussure’s earlier distinction between langue and parole)”.

¹³ “Chomsky reintroduced the idea of mental representations back to the study of language. He also drew an important distinction between the knowledge that one has about a language, called “competence” and the use of the language, “performance” (similar to the distinction of langue and parole drawn by Ferdinand de Saussure roughly 60 years earlier). Chomsky’s influence on modern linguistics and psycholinguistics is profound, and his focus on competence (as opposed to performance) drew linguistics heavily in this direction. On the other hand, psychology continued to be quite interested in the concept of language performance”.

¹⁴ Cf. seção 1.

¹⁵ “Tels sont les traits distinctifs des ‘faits sociaux’ : ce sont 1° des représentations ; 2° des représentations extérieures aux consciences individuelles ; 3° des représentations douées d’un pouvoir de coercition en vertu duquel elles s’imposent aux individus ; 4° des représentations ayant pour substrat et support la ‘conscience collective’. Voilà donc les caractères que l’on attribue à la langue lorsqu’on la qualifie de ‘fait social’ au sens durkheimien de ce terme” (DOROSZEWSKI, [1931] 1933, p. 87).

¹⁶ “Finally, we should note the unhistorical character of Durkheim’s thought. His formulation were more static than dynamic; they were cast in terms of structure rather than process” (HUGHES [1958] 2008, p. 286).

¹⁷ “Es ergibt sich demnach, dass sich die ganze Prinzipienlehre der Sprachgeschichte um die Frage konzentriert: wie verhält sich der *Sprachusus* zur *individuellen Sprechfähigkeit*?” (PAUL, [1880] 1920, p. 33, grifos meus).

¹⁸ “C’est à cet ordre d’idée que la linguistique est redevable de sa thèse suivant laquelle le langage individuel présente l’unique réalité linguistique et le langage d’une collectivité ne serait qu’une abstraction savante. Cette thèse soutenue par les néogrammairiens d’autorité a fait fortune et même des linguistes aussi critiques et

pénétrants que Baudouin de Courtenay l'ont reconnu [...] Ses travaux publics dans les années soixante et soixante-dix différaient profondément de la tendance extrêmement individualiste marquant à l'époque les courants principaux de la linguistique en Europe". (JAKOBSON, [s/d] 1984, p. 168).

¹⁹ A conjunção desses dois predicados remonta o *Crátilo* de Platão ([380 a.C] 1997), obra na qual a ligação entre a arbitrariedade e o convencionalismo foi pela primeira vez postulada, notadamente, por Hermógenes.

²⁰ Cf. *infra.*, nota nº 29.

²¹ "Sprache in diesem Sinne ist nicht sowohl die Gesamtheit aller Reden des Volkes, der Classe oder des Einzelnen, -als vielmehr die Gesamtheit derjenigen Fähigkeiten und Neigungen, welche die Form, derjenigen sachlichen Vorstellungen, welche den Stoff der Rede bestimmen" (GABELENTZ, [1891] 1969, p.3).

²² No entanto, como dizia Pêcheux, "qualquer apresentação da Linguística saussuriana já é um posicionamento e um partidarismo em relação às condições históricas da cientificidade da Linguística" (PÉCHEUX & GADET, 2004, p. 56).

²³ A respeito do final do trecho do CLG no qual se lê que "se estudarmos a linguagem sob vários aspectos ao mesmo tempo, [...] abre-se a porta a várias ciências — Psicologia, Antropologia, Gramática normativa, Filologia etc. —, que separamos claramente da Linguística", De Mauro ([1967] 1995, p. 417, nota 51) denuncia a ausência do inciso "que separamos claramente da Linguística" nas notas manuscritas de onde o trecho provém, assim como o fato de que ele diverge da tese de Saussure segundo a qual a Linguística seria uma parte da Semiologia, que por sua vez integraria o domínio da Psicologia Social. Para De Mauro, essa talvez fosse uma postura própria dos editores do curso, e não propriamente de Saussure.

²⁴ Para além da herança da reflexão filosófica quanto a ideia saussuriana segundo a qual *o ponto de vista cria o objeto*, no âmbito epistemológico, para conhecer fenômenos calculáveis, "a linguística, e pode-se adicionar aí a gramática, só encontram o real que as governa lhe conferindo certas propriedades que o tornam representável: permanência, univocidade, regularidade" (MILNER, 1978, p. 14). A atribuição de tais propriedades corresponde ao requisito da constituição científica da linguística: o conhecimento objetivo torna-se possível somente porque a unidade do signo (que, em sistema, compõem *uma* língua) implica um *juízo determinante da forma relação à substância* (estratificando a fala em unidades discretas – cf. DIAS, 2015, p. 143-153). É assim que, partindo da fala, se chega a forma de um objeto bem definido: "uma língua, como um objeto possível de uma proposição validável para todos, e ainda mais da menor escrita científica, necessita ser sempre distinguível do que não é uma língua, sempre distinguível de outra língua, sempre idêntica a ela mesma, sempre inscritível na esfera da univocidade e sempre isotópica. Em suma, ela deve ser *Uma*" (MILNER, *op. cit.*, p. 20). A unidade do objeto, na linguística, é o conceito chave para que ela reclame seu lugar entre as ciências modernas.

²⁵ Reelaboração efetuada pela ideia de que, no cérebro, "os fatos de consciência, a que chamaremos conceitos, se acham associados às representações dos signos linguísticos ou imagens acústicas que servem para exprimi-los" e mais tarde com a proposta de "conservar o termo signo para designar o total, e a substituir conceito e imagem acústica respectivamente por significado e significante" (SAUSSURE, [1916 (2006), p.81).

²⁶ Uma exposição mais detalhada desse argumento será fornecida no momento de reflexão sobre a teoria do signo e a distinção *língua/fala* (cf. nota 28).

²⁷ “Se, com relação à ideia que representa, o significante aparece como escolhido livremente, em compensação, com relação à comunidade Linguística que o emprega, não é livre: é imposto” (SAUSSURE, [1916] 2006, p.85).

²⁸ Eis a resposta a questão deixada em aberto na apresentação do “circuito da fala”.

²⁹ Dessa forma, ainda que Hjelmslev (1942) defenda que a tese primordial de Saussure, da qual toda a teoria supostamente decorreria, seja a distinção entre língua e fala, conforme De Mauro ([1967] 1995, p.420-422), mesmo que amparada pela cronologia do ensino de Saussure e pela ordem dos capítulos na edição do CLG, essa ideia contrasta com a hipótese exposta no terceiro *Curso*, no qual Saussure apresenta a arbitrariedade do signo como ‘princípio primeiro’; como dirá Milner, “[Le signe] est chez Saussure ce qui opère à la fois toutes les exclusions” (MILNER, 1978, p.61).

³⁰ Cf. *supra.*, seção 1.

³¹ Cf. De Mauro ([1967] 1995, p.400).

³² Cf. *supra.*, nota 24.

³³ Cf. *infra.*, nota 37.

³⁴ Como desenvolvido aqui (cf. *supra.*, seção 5, nota nº 23), e também anteriormente (DIAS, 2015, p. 142-166).

³⁵ Meringer & Mayer ([1895] 1978).

³⁶ Cf. Dias (2015, p.1-5).

³⁷ A reivindicação de cientificidade é a forma epistemológica pela qual a *lingüística* se distinguiu da gramática, como explica Milner (1989, p.68): “sem dúvida, não convém abolir suas diferenças. Mas elas se resumem a apenas uma que verdadeiramente é essencial: a linguística recorre ao ideal da ciência, sendo admitido que esse ideal pode se incarnar de diversas formas, de acordo com as epistemologias. A gramática não recorre sistematicamente a esse ideal”. A esse respeito, cf. Dias (2015, p.1-6).

³⁸ Uma investigação crítica da vertente instaurada por Meringer foi efetuada em Dias (2015), onde se opôs a ela a vertente inaugurada por Freud ([1901] 1996).

³⁹ Em relação aos quais são elaboradas suposições cognitivistas como a de acesso ao léxico, formulação sintática ou defesa contra o assalto ao turno. Macklay & Osgood (1959), por exemplo, observam que quando o falante “tem pouco controle do seu turno”, ele produz *pausas silenciosas* maiores, e quando quer manter seu turno, elas diminuem em quantidade e duração, sendo substituídas por pausas preenchidas e pelos alongamentos, já que o silêncio poderia levar a uma eventual perda do turno.

⁴⁰ Para uma análise mais abrangente da visão da Psicolinguística acerca do fenômeno da hesitação, bem como para uma visão crítica da hipótese que prega sua previsibilidade face aos constituintes da língua, conferir Dias (2015, p.33 *et seq* e p.104 *et seq.*).

⁴¹ “Na tentativa de apreender o que se conceitualiza como desenvolvimento da linguagem, muitos autores (cf. por exemplo, Bowerman 1982 e Karmiloff-Smith 1986, entre outros) retomaram da literatura psicológica a figura conhecida como Curva-em-U, elegendo-a como a melhor representação da mudança do ponto de vista empírico. Dando visibilidade a ciclos em que acertos precedem erros que desaparecem para dar lugar a uma fase final de acertos, a Curva-em-U foi tomada como base empírica para a proposta de que o desenvolvimento da linguagem se dá por

reorganizações ou redescrições sucessivas de estados de conhecimento da língua pela criança”.

⁴² Sobre o conceito de *imprevisibilidade*, cf. Lemos (1995, p.11 et seq.) A respeito de sua relação com o conceito de *liberdade* aqui em jogo, cf. *infra.*, seção 6, e também Dias (2015, p. 135-141 e 155-166).

⁴³ Cf. *supra.*, nota nº 24.

⁴⁴ Cf. *infra.*, nota nº 47.

⁴⁵ Cf. *supra.*, nota nº 24.

⁴⁶ Considere-se, a título de exemplo, a *necessidade* do conceito de causalidade no julgamento de objetos: como explica Lebrun (2010) “a água que fervesse sem eu acender o fogo seria sonho e não um ‘objeto’, pois um evento só se diz ‘objetivo’ se a mudança que expõe remete, segundo uma regra determinável, a um evento antecedente” (p.10).

⁴⁷ A diferença entre a necessidade com que o homem julga os objetos e a liberdade que sustenta o julgamento da moralidade de suas ações, tema respectivo das duas partes da filosofia, fica evidente desde que Rousseau explicou a diferença entre os animais e os homens. Enquanto os primeiros são guiados apenas pelo instinto que a natureza lhes prescreve, participando, junto dos objetos do mundo, do plano da necessidade, uma vez que não podem transgredir àquilo que lhes é prescrito nem, por isso, desenvolver naturalmente qualquer conhecimento, mas apenas valer-se daquele já impresso em seu material genético, o homem é tão pouco determinado apenas por seus instintos (e, por consequência, afastado de uma determinação puramente natural que fomentaria sozinha suas ações) que ele pode chegar a contradizê-los: “vejo em todo animal somente uma máquina engenhosa, a quem a natureza deu sentidos para funcionar sozinha e para garantir-se, até certo ponto, contra tudo quanto tende a destruí-la ou desarranjá-la. Percebo precisamente as mesmas coisas na máquina humana, com a diferença de que a natureza faz tudo sozinha nas operações do animal, ao passo que o homem concorre para as suas na qualidade de agente livre. Um escolhe ou rejeita por instinto e o outro por um ato de liberdade; é por isso que o animal não pode afastar-se da regra que lhe é prescrita, mesmo quando lhe for vantajoso fazê-lo, e que o homem afasta-se dela amiúde para seu prejuízo. Assim é que uma pomba morria de fome perto de uma bacia cheia das melhores carnes, e um gato sobre pilhas de frutas ou de grãos, conquanto ambos pudessem muito bem nutrir-se com os alimentos que desdenham, se tivessem a ideia de prová-los; Assim é que os homens dissolutos se entregam a excessos que lhes causam a febre e a morte, porque o espírito deprava os sentidos e a vontade ainda fala quando a natureza se cala”. É essa liberdade no que concerne às regras que a natureza lhe prescreve que fará com que o homem, ao contrário do animal, crie um duplo processo de historicidade: do ponto de vista de sua história individual (representado pelo “Emílio”), sendo guiados pela natureza, os animais quase não precisam de cuidados e educação (na maioria dos casos não há qualquer sinal disso); já o homem, sendo livre, precisará ser guiado no curso de seu desenvolvimento por outros humanos mais experientes; do ponto de vista coletivo (representado pelo “Contrato Social”), sendo regidas apenas pela natureza, as sociedades animais mantêm uma ausência de história, repetindo eternamente as mesmas atitudes. Já as sociedades humanas, guiadas pela liberdade, são marcadas por infindáveis mudanças e/ou variações, como por exemplo no plano político e cultural.